



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Magalhães de Oliveira, Julio Cesar

O "clamor do pobre" e o "poder do povo". Pobreza, cidadania e ação coletiva nas cidades da África Romana Tardia

Varia Historia, vol. 29, núm. 50, mayo-agosto, 2013, pp. 383-393

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434842001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O “clamor do pobre” e o “poder do povo”

pobreza, cidadania e ação coletiva nas
cidades da África Romana Tardia*

The “clamor of the poor” and the “power of the people”

*poverty, citizenship and collective action
in the Late Roman cities in North Africa*

JULIO CESAR MAGALHÃES DE OLIVEIRA**

Departamento de História
Universidade de São Paulo
São Paulo (SP)
Brasil

RESUMO A passagem de um modelo cívico para um modelo cristão das relações sociais tem sido vista por muitos autores como uma das mais cruciais transformações da Antiguidade Tardia. Essa visão não deixa, porém, de ter o inconveniente de apresentar as categorias cívicas como fósseis destinados a desaparecer e o discurso sobre a caridade e a pobreza como uma força transformadora que dá um lugar aos “pobres”, mas que não é nunca moldada por eles. O objetivo deste artigo é questionar a pertinência desta abordagem

* Artigo recebido em: 27/03/2012. Aprovado em: 10/07/2012.

** Doutor em História Antiga pela *Université Paris Ouest Nanterre La Défense*. Versões preliminares deste texto foram apresentadas como conferências na UNESP/Assis, em 24/08/2011, e na UFOP/Mariana, em 18/11/2011. Agradeço a Margarida Maria de Carvalho, Ivan Esperança Rocha e Andrea L. Dorini O. Carvalho Rossi, e a Fábio Favarsani e Fábio Duarte Joly pelos respectivos convites que me levaram a articular estas ideias, bem como a todas as contribuições apresentadas pelos colegas presentes nos debates sucessivos. Agradeço, ainda, a Carlos Roberto Galvão Sobrinho pela leitura atenta de uma primeira versão deste texto, por suas críticas e sugestões. As ideias aqui apresentadas são de inteira responsabilidade do autor. Contato: jcmagalhaesoliveira@gmail.com.

no caso particular das cidades da África do Norte durante os séculos IV e V. Ao fazer isso, espero demonstrar como esse novo discurso sobre a caridade e a pobreza podia coexistir e se articular nos meios populares citadinos com as antigas noções de cidadania e de direitos como parte de um mesmo conjunto de estratégias de sobrevivência e de formas de ação coletiva.

Palavras-chave pobreza, cidadania, África Romana tardia

ABSTRACT The transition from a civic to a Christian model of society has been viewed by many scholars as one of the crucial transformations of Late Antiquity. Nevertheless, this view has the drawback of presenting civic categories as mere fossils destined to disappear and the discourse about poverty and charity as a force that gives a place to “the poor”, but that is never shaped by them. The aim of this paper is to question the relevance of this approach in the particular case of the North African cities during the fourth and fifth centuries. I hope to demonstrate how this new discourse on charity and poverty could be adapted by city dwellers for their own ends. By the same token, we shall see how this discourse could indeed coexist in the urban popular milieu with the older notions of citizenship and rights as part of the same repertoire of survival strategies and forms of collective action.

Keywords poverty, citizenship, late Roman Africa

A visão predominante nos estudos sobre a Antiguidade Tardia é a de que os anos 300 a 600 teriam sido marcados pela substituição da generosidade cívica pela caridade cristã, bem como pela identificação de uma categoria específica de “pobres” como os beneficiários privilegiados do donativo. Nessa passagem, um modelo político de sociedade, cuja unidade básica era a *polis* ou a *ciuitas* e sua composição definida em termos de cidadãos e não-cidadãos, teria dado lugar a um modelo “econômico” mais abrangente, no qual a sociedade como um todo, tanto no campo como na cidade, seria dividida entre ricos e pobres, sendo os ricos moralmente responsáveis pelo sustento dos pobres. A teoria da invenção cristã do conceito econômico de pobreza, subjacente a essa concepção, foi formulada em princípio por Max Weber, que a atribuía às preocupações éticas e salvíficas do cristianismo.¹ Ela foi em seguida retomada, em trabalhos como os de Hendrik Bolkestein e Francesco Maria De Robertis, desde a primeira metade do século XX.²

1 WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. v.1. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1921, p.495: “Die christliche Bedeutsamkeit des Almosens hatte dazu geführt, die ‘Armen’, da ihre Existenz für das Seelenheil der Reichen notwendig war, als einen gottverordneten ‘Stand’ innerhalb der christlichen Gemeinschaft anzusehen”.

2 BOLKESTEIN, Hendrik. *Wohltätigkeit und Armenpflege im vorchristlichen Altertum*. Utrecht: A. Oosthoek, 1939; DE ROBERTIS, Francesco Maria. La variazione delle pene *pro qualitate personarum* nel diritto penale romano. *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche*, Macerata, v.17, p.30-110, 1939.

Mas foi apenas a partir dos anos 1970, graças aos trabalhos de Paul Veyne, Évelyne Patlagean e Peter Brown, que a transição de um “modelo cívico” para um “modelo cristão” das relações sociais passou a ser concebida como uma mutação crucial e definidora de toda uma época.³

As razões dessa transformação, no entanto, não foram interpretadas da mesma maneira por seus proponentes. Para Évelyne Patlagean, a mudança na “classificação social” seria uma adequação do “discurso” à “realidade”, uma consequência das transformações na realidade cidadina. Segundo a autora, do século IV ao século VI, as cidades do Império do Oriente teriam conhecido um crescimento espacial e demográfico sem precedentes, em decorrência de uma imigração de miseráveis desenraizados do campo. Mas, numa sociedade em que as possibilidades de crescimento econômico seriam limitadas, a acumulação de capitais condenada e toda troca subordinada ao donativo, nenhuma cidade seria capaz de absorver tantos pobres. Sob pressão, as formas antigas do donativo não resistiriam, sendo pouco a pouco substituídas pelas diferentes formas da caridade cristã, todas elas destinadas não mais aos cidadãos, mas aos pobres e indigentes enquanto tais. Inadequado à nova realidade, o “discurso público” também se modifica e as antinomias antigas dos cidadãos e dos não-cidadãos, dos *honestiores* e dos *humiliores*, dos cidadãos doadores e dos cidadãos beneficiários são substituídas por uma única antinomia: a dos ricos e dos pobres, esses últimos concebidos de duas formas distintas, como os pobres ativos, que ainda se sustentam com seu trabalho, e os pobres inativos, que dependem inteiramente do donativo.⁴

Peter Brown, por sua vez, preferiu associar essa redefinição das fronteiras das comunidades urbanas à ação dos bispos cristãos, que deviam sua ascensão ao poder na Antiguidade Tardia precisamente à sua condição de “protetores dos pobres”. Em seus primeiros trabalhos, porém, esse processo ainda era apresentado diante do mesmo pano de fundo proposto por Patlagean da desestruturação das instituições cívicas, da crescente desigualdade social no Império Tardio e do “massivo subemprego” nas cidades tardo-antigas.⁵ Mas, em sua última contribuição para o debate, Brown adotou um ponto de vista diferente. Em *Poverty and leadership in the Later Roman Empire*, de 2002, ele apresentou a passagem de um modelo

3 VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Le Seuil, 1976; PATLAGEAN, Évelyne. *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance (4^e-6^e siècles)*. Paris: Mouton, 1977; BROWN, Peter. Response to: CHADWICK, Henry. *The role of the Christian Bishop in Ancient Society*: protocol of the 35th colloquy of the Center for Hermeneutical Studies, 25 February 1979. Berkeley: The Center for Hermeneutical Studies, 1980, p.15-22; BROWN, Peter. Dalla *plebs romana* alla *plebs Dei*: aspetti della cristianizzazione di Roma. In: BROWN, Peter; CRACCO RUGGINI, Lellia; MAZZA, Mario. (eds.). *Governanti e intellettuali: popolo di Roma e popolo di Dio (I-VI secolo)*. Turim: Giappichelli Editore, 1982, p.123-145; BROWN, Peter. *Power and persuasion in Late Antiquity: towards a Christian Empire*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992; BROWN, Peter. *Poverty and leadership in the Later Roman Empire*. Hanover: University Press of New England, 2002.

4 PATLAGEAN, Évelyne. *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance*, p.1, p.17-35, p.181-196, p.423-432.

5 Cf. BROWN, Peter. *Power and persuasion*, p.71-117.

de sociedade, no qual os pobres são amplamente invisíveis, para outro, no qual eles passam a ter um papel imaginativo essencial, como uma revolução no “imaginário social”, na maneira como a sociedade “via-se a si mesma”. Essa revolução não era mais associada a qualquer aumento da pobreza, real e sem precedentes, que os estudos mais recentes sobre a economia das cidades tardo-antigas parecem, de fato, contradizer, mas apenas à atuação e ao discurso dos bispos cristãos. Desde o início do século IV, os bispos teriam deliberadamente apresentado o “cuidado dos pobres” como uma “virtude pública” para justificarem os privilégios e imunidades recebidos pela Igreja. Mas ao fundamentarem sua autoridade na condição de “guardiães dos pobres”, eles teriam sido cada vez mais pressionados a assistir e proteger não apenas os mais miseráveis mendigos, mas todos os vulneráveis da sociedade urbana aos riscos do empobrecimento. No exercício dessas novas formas de proteção e apresentação de apelos, um novo discurso foi elaborado e é esse discurso, fundamentado numa linguagem derivada das Escrituras hebraicas, e não uma degradação econômica real, que teria criado a imagem de uma sociedade polarizada entre “ricos” e “pobres”, na qual os pobres clamam aos ricos não apenas por esmolas, mas também por proteção e justiça. Ao estruturarem seu pensamento e sua pregação sobre a pobreza a partir da mística da presença do Cristo na humanidade, em geral, e nos pobres, em particular, os bispos cristãos teriam criado, pela metade do século V, uma nova linguagem da solidariedade. Difundido a partir da Igreja, esse discurso iria “tingir” toda a sociedade e permitir a expressão dos anseios compartilhados de superação das distâncias sociais, não apenas entre ricos e pobres, humildes e poderosos, mas também entre o Imperador e seus súditos, tornando-se, por isso, um elemento essencial para a coesão do Império do Oriente.⁶

As teses defendidas por Patlagean e Brown tiveram ampla repercussão e inspiraram, com justiça, inúmeros trabalhos.⁷ Suas limitações, no entanto, não podem deixar de ser sublinhadas. Em suas diferentes formulações, a teoria da passagem do “modelo cívico” para o “modelo cristão” das relações sociais tem, sobretudo, o inconveniente de apresentar as categorias cívicas como fósseis destinados a desaparecer e o discurso sobre a caridade e a pobreza como uma força transformadora que dá um lugar aos “pobres”, mas que não é nunca moldada por eles.⁸ Mas os grupos subalternos não são apenas o resultado de estruturas econômicas ou das categorias discursivas que lhes são impostas: eles são agentes também. E como Leslie Dossey ressaltou recentemente, nós devemos lembrar que o

6 BROWN, Peter. *Poverty and leadership in the Later Roman Empire*, passim.

7 Para uma discussão sobre a influência desses autores nos estudos sobre a pobreza na Antiguidade Tardia, ver ALEN, Pauline; STIZLER, Silke. Introduction. In: ALEN, Pauline; NEIL, Bronwen; MAYER, Wendy. (eds.). *Preaching poverty in Late Antiquity: perceptions and realities*. Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2009, p. 15-33.

8 GALVÃO-SOBRINHO, Carlos Roberto. *The poor in the Roman Empire: definitions, models and perceptions*. (Inédito).

discurso cristão sobre a caridade e a pobreza não precisa ser visto apenas do ponto de vista das lideranças cristãs e não há nenhuma garantia de que sua difusão tenha criado uma sociedade mais coesa. Ao contrário, Dossey sugere que a pregação sobre a caridade deu aos camponeses do Norte da África elementos para expressarem seu descontentamento, e isso porque eles a reinterpretavam à luz de sua própria experiência.⁹ Neste artigo, eu gostaria de estender o questionamento proposto por Dossey à realidade urbana da África do Norte nos séculos IV e V. Meu objetivo é tanto questionar o suposto colapso do modelo cívico nesse período, quanto compreender como os trabalhadores e os desempregados, os artesãos e os pequenos comerciantes urbanos moldaram o discurso sobre a caridade e a pobreza. Ao fazer isso, espero demonstrar como esse novo discurso podia, de fato, coexistir e se articular nesses meios populares citadinos com as antigas noções de cidadania e de direitos como parte de um mesmo conjunto de estratégias de sobrevivência e de formas de ação coletiva.

A África do Norte é, de todas as regiões do Ocidente romano, aquela que durante mais tempo manteve as tradições cívicas e o urbanismo em sua forma clássica. Embora suas cidades tivessem sido privadas, ao longo do século IV, de muitos de seus recursos e de parte de sua autonomia, elas ainda mantinham, no início do século V, uma vigorosa vida municipal.¹⁰ Ao longo de todo esse período, o quadro monumental continuou a ser preservado e inúmeros edifícios e monumentos públicos, como termas, teatros, basílicas, pórticos, arcos, fontes e aquedutos, foram construídos ou restaurados. Como atesta a rica documentação epigráfica estudada por Claude Lepelley, a maioria desses trabalhos ainda era financiada com recursos da municipalidade ou de membros da elite cidadina e muitas dessas doações ainda eram apresentadas como a execução de promessas ligadas à obtenção de honras municipais, o que demonstra que tais atos não eram apenas uma pesada liturgia imposta pelo governo imperial a curiais reticentes em assumir suas responsabilidades, mas o resultado das pressões e ambições inerentes ao sistema das cidades.¹¹

Não há dúvida de que a centralização política no Império Tardio resultou num controle mais acentuado dos governadores sobre as finanças municipais e no aprofundamento das divisões já existentes no seio das elites locais, pela repartição desigual dos impostos e pelas diferentes condições de acesso às dignidades imperiais. Mas ela não suprimiu a disputa dos notáveis pelos cargos públicos, nem sua competição pelo “favor popular”.

9 DOSSEY, Leslie. *Peasant and Empire in Christian North Africa*. Berkeley: University of California Press, 2010, p.173-194.

10 LEPELLEY, Claude. *Les cités de l'Afrique romaine au Bas-Empire*. 2 v. Paris: Institut d'études augustiniennes, 1979-1981; LEPELLEY, Claude. The survival and fall of the classical city in Late Roman Africa. In: LEPELLEY, Claude. *Aspects de l'Afrique Romaine: les cités, la vie rurale, le christianisme*. Bari: Edipuglia, 2001, p.85-104.

11 LEPELLEY, Claude. *Les cités de l'Afrique romaine au Bas-Empire*, t.I, p.304-314.

É por essa razão que a condenação de Santo Agostinho aos jogos do circo, do teatro e do anfiteatro, tantas vezes expressa em seus sermões, nunca deixava de associar a promoção de espetáculos à ambição política e à busca da popularidade.¹² Espontânea ou estorquida sob a pressão popular, a promoção de espetáculos pelos notáveis, como outras formas de generosidade cívica, ainda expressava, portanto, a mesma lógica que, durante séculos, havia feito do donativo um elemento articulador da própria hegemonia aristocrática: se as honras, as magistraturas e os sacerdócios eram atribuídos aos ricos, é porque eles podiam beneficiar a comunidade que os chamava a essas funções com suas riquezas.¹³ Mesmo com o fim das assembleias eleitorais e a consequente simplificação das instituições do *populus*, a plebe urbana ainda retinha um papel institucional não negligenciável por sua reunião regular nos lugares de espetáculo. É difícil, nesse contexto, conceber as categorias cívicas e as noções de cidadania e de direitos dos cidadãos como relíquias de um passado distante e já sem nenhum sentido para as experiências de vida dos contemporâneos.

A manutenção desse estilo de vida só era possível porque ele estava fundamentado numa sólida base econômica. Ao longo de todo o século IV, as cidades da África do Norte mantiveram-se povoadas e é apenas no início do V que a maioria delas parece atingir sua maior densidade e sua máxima extensão.¹⁴ Pelo que sabemos sobre a demografia das cidades antigas, essa expansão e densificação da área habitada dos centros urbanos deve, sem dúvida, ser atribuída a uma contínua imigração do campo.¹⁵ Mas as evidências de que dispomos não nos permitem estabelecer uma correlação tão estreita, como a que Évelyne Patlagean propôs para o Oriente, entre êxodo rural e miséria urbana. Patlagean escrevia sob a influência dos modelos minimalistas e estáticos da economia antiga, mais conhecidos pela obra de Moses Finley, que subestimavam a capacidade de crescimento econômico e de emprego nas atividades não-agrícolas das cidades.¹⁶ Dominantes nos anos 1970, esses modelos têm sido hoje muito criticados e os trabalhos arqueológicos dos últimos anos na África do Norte nos permitem propor um quadro bastante diferente.¹⁷

12 Ver, por exemplo, AUG., *Sermones* 9, 21; 21, 10 e 32, 20.

13 LEPELLEY, Claude. Le patronat épiscopal aux IV^e et V^e siècles: continuités et ruptures avec le patronat classique. In: REBILLARD, Éric; SOTINEL, Claire. (eds.). *L'Évêque dans la cité du IV^e au V^e siècle: image et autorité. Actes de la table ronde organisée par l'Institut patristico Augustinianum et l'École française de Rome* (Rome, 1^{er} et 2 décembre 1995). Roma: École française de Rome, 1998, p.26.

14 LEPELLEY, Claude. La cité africaine tardive, de l'apogée du IV^e siècle à l'effondrement du VII^e siècle. In: KRAUSE, Jens-Uwe; WITSCHERL, Christian. (eds.). *Die Stadt in der Spätantike: niedergang oder wandel? Akten des internationalen Kolloquiums in München am 30. Und 31. Mai 2003*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2006, p.13-31.

15 Sobre os altos níveis de mortalidade nas grandes cidades antigas e sua contínua dependência da imigração para a manutenção de suas populações, ver: PURCELL, Nicholas. The populace of Rome in Late Antiquity: problems of classification and historical description. In: HARRIS, William V. (ed.). *The transformations of Vrbs Roma in Late Antiquity*. Portsmouth: Ashgate, 1999, p.135-161 (JRA Suppl. 33), esp. p.140-144.

16 FINLEY, Moses I. *A economia antiga*. Tradução de Luísa Feijó e Carlos Leite. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1986.

17 WILSON, Andrew. Urban production in the Roman World. *Papers of the British School at Rome*, Roma, v.70, p.231-273, 2002. Para uma discussão historiográfica sobre os debates suscitados pela obra de Finley, ver: HORDEN,

As prospecções arqueológicas no campo africano têm demonstrado que os séculos IV e V na África não foram marcados pelo declínio, mas pela expansão da produção agrícola voltada, em grande parte, para o mercado. A terra, nesse período, estava sendo cultivada mais intensivamente do que nunca e mesmo os camponeses haviam começado a participar de uma economia monetarizada, a adquirir produtos de qualidade, como cerâmica fina de mesa e artigos de vidro, e a construir suas habitações em pedra e com telhados de telha.¹⁸ Nesse contexto de expansão, a produção urbana também se desenvolveu. As cidades portuárias tornaram-se responsáveis pela organização das exportações não apenas de suas próprias manufaturas, mas também da produção agrícola do interior, como o atestam a distribuição dos inúmeros fornos para a produção de ânforas destinadas ao envase de diversos produtos nas periferias de cidades como Meninx e Leptiminus.¹⁹ Mesmo uma cidade do interior, como Timgad, podia desenvolver uma importante produção urbana de tecidos para valorizar a economia pastoril da região.²⁰ Em todos os casos, é possível constatar uma correlação recorrente entre a extensão de uma cidade, seu crescimento demográfico e a expansão das oficinas, para não dizer de verdadeiros bairros artesanais. Em Cartago, as habitações modestas, muitas delas em edifícios de locação, mantiveram-se associadas durante séculos a estabelecimentos comerciais e artesanais e é apenas no século VII que as evidências de uma multiplicação de habitações precárias nos permitem imaginar a ocupação do espaço urbano por uma população de imigrantes e sem recursos.²¹ Em Meninx e em Leptiminus, o crescimento urbano que se inicia no século III também está intimamente ligado à expansão das atividades artesanais, mas quando essa produção cessa, no século VII, o que nós constatamos não é um aumento da miséria e sim um refluxo da população para o campo, levando ao desaparecimento completo dessas cidades.

Eu não quero com isso dizer que as cidades africanas dos séculos IV e V vivessem uma situação de pleno emprego, que a miséria fosse inexistente e menos ainda que os benefícios desse crescimento econômico tivessem sido repartidos de modo igualitário entre todos os seus participantes. É

Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The corrupting sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell, 2000, p.105-108 e p.557-558.

18 DOSSEY, Leslie. *Peasant and Empire in Christian North Africa*, p.62-97.

19 MATTINGLY, David; STONE, David L.; STIRLING, Lea M.; BEN LAZREG, Nejib. Leptiminus (Tunisia): a “producer” city? In: MATTINGLY, David; SALMON, John. (eds.). *Economies beyond agriculture in the Classical World*. Londres: Routledge, 2001, p.66-89; FENTRESS, Elizabeth; DRINE, Ali; HOLOD, Renata. *An island through time: Jerba studies*. v.1, The Punic and Roman Periods, Portsmouth, RI: Thomson-Shore, 2009 (JRA Suppl., 71).

20 WILSON, Andrew. Timgad and textile production. In: MATTINGLY, David; SALMON, John. (eds.). *Economies beyond agriculture in the Classical World*, p.271-296.

21 Sobre os bairros comerciais e artesanais de Cartago, ver RAKOB, Friedrich. *Die deutschen ausgrabungen in Karthago*. Bd. 1. Mainz: von Zabern, 1991; HURST, Henry R. *Excavations at Carthage: the british mission*. v.II, 1: The Circular Harbour, North Side. The site and finds other than pottery. Oxford: Oxford University Press, 1994. Sobre a Cartago do século VII, ver: ELLIS, Simon. Carthage in the seventh century: an expanding population? *Cahiers des Études Anciennes*, Ottawa, v.17, p.30-42, 1985.

óbvio que os maiores beneficiários do comércio em produtos agrícolas ou manufaturados foram os grandes proprietários de terras e de navios, os comerciantes em larga escala e os aristocratas que, através de intermediários ou das rendas da locação de estabelecimentos e habitações, não deixavam de auferir os maiores lucros da produção urbana. É claro também que essa prosperidade econômica em nada diminuía a vulnerabilidade da maioria da população das cidades diante dos riscos do empobrecimento. Como Peter Brown ressaltou em seu último livro, o empobrecimento era na Antiguidade uma ameaça constante, que poderia sobrevir a qualquer momento, em decorrência de uma doença na família, da morte do cônjuge, dos pais ou dos filhos, da opressão fiscal ou econômica ou de uma violência de qualquer natureza.²² Para os trabalhadores empregados na produção, na construção civil e nos serviços, que dependiam do ganho diário para viver, qualquer interrupção prolongada da atividade poderia mergulhá-los na miséria, e mesmo para os artesãos independentes e para os pequenos comerciantes, que dependiam de crédito para a gestão de seu negócio e que nem sempre poderiam arcar com os alugueis crescentes de suas habitações e estabelecimentos num contexto de crescimento urbano e especulação imobiliária, os riscos do endividamento não estavam jamais distantes. É esse sentimento da precariedade de sua condição que levava os *tenuiores* das cidades a buscarem garantias de assistência em casos de necessidade, fossem elas as proporcionadas pela Igreja cristã ou pelos patronos tradicionais. Como Brown ressaltou, é isso que explica a extensão da ideologia e da prática da caridade para outros grupos sociais, muito além dos indigentes.²³ Mas, ao contrário do que pretende o autor, essa extensão do “cuidado dos pobres” não resultava apenas das pressões de *outsiders*, que buscavam na Igreja uma proteção que a cidade lhes negava.²⁴ Ela tampouco deveria ser vista como a expressão da “ansiedade de pertencer a um grupo”, como Brown já sugeriu, como se a subordinação e a dependência que resultam do favor prestado fossem desejadas pelas classes subalternas.²⁵ Longe disso, a busca de garantias de assistência deveria ser vista como uma estratégia de sobrevivência adotada, tanto por cidadãos como por não-cidadãos, num contexto de exploração e de resistência à exploração, uma estratégia que não implica, aliás, o abandono de outras redes de apoio e outras formas de identificação.

Ao contrário do conceito normativo de “pertencimento” (*belonging*) adotado por Brown, a teoria social contemporânea tem enfatizado que as

22 BROWN, Peter. *Poverty and leadership in the Later Roman Empire*, p.15.

23 BROWN, Peter. *Poverty and leadership in the Later Roman Empire*, p.49-50.

24 BROWN, Peter. *Poverty and leadership in the Later Roman Empire*, p.74. “What we may be dealing with, rather, was the ability of the Christian church to find a place within the city for outsiders of all classes”.

25 BROWN, Peter. *Power and persuasion in Late Antiquity*, p.93. “Such persons were anxious to find a group to which to belong. They might look to other leaders and be grateful for other forms of gifts”.

peçoas possuem múltiplas autorrepresentações e comportam-se de diferentes maneiras em diversos contextos.²⁶ Assim, definir-se como “pobre” ou como “cidadão” ou identificar-se com os *pauperes* da Igreja ou com o *populus* citadino, não eram, de fato, escolhas absolutas, mas estratégias que podiam ser empregadas pelas mesmas pessoas em contextos distintos. Como Carlos Galvão já ressaltou, tanto no Principado como no Império Tardio, podia ser uma vantagem para um plebeu apresentar-se como “pobre” para beneficiar-se da caridade ou de atos filantrópicos como ter suas dívidas canceladas ou pagas por outra pessoa, ou como “cidadão”, para poder participar de generosidades cívicas, como banquetes e espetáculos, ou beneficiar-se de distribuições de grãos gratuitas ou subsidiadas, sem que essas categorias fossem concebidas como exclusivas.²⁷ As retóricas de pertencimento a um grupo específico de *pauperes* ou ao corpo dos cidadãos podiam, aliás, ser utilizadas nas mesmas circunstâncias e tanto fora como no interior da própria Igreja cristã. Assim, para citar dois exemplos africanos, em Cirta, na Numídia, durante a eleição episcopal de 307, os adversários de Silvano podiam tentar mobilizar o apoio dos cristãos originários da cidade, fossem eles notáveis ou humildes trabalhadores braçais, sob a alegação de que seu oponente não era, como eles, um “cidadão”.²⁸ Mas em Cesareia da Mauritània, em 419, o bispo Honório reclamava sua transferência para a sede episcopal da metrópole por ter o apoio dos “pobres”, ainda que esses fossem constituídos, sobretudo, por artesãos e pequenos comerciantes que esperavam uma intervenção do bispo junto à corte imperial, talvez para aliviar o peso dos impostos que deviam.²⁹

As cartas e sermões de Santo Agostinho nos oferecem inúmeras evidências de como o discurso sobre a pobreza ou a retórica dos direitos dos cidadãos podiam, alternadamente, estimular não apenas condutas individuais, mas também ações coletivas. Elas nos mostram ocasiões em que as expectativas geradas pela generosidade cívica e pela caridade cristã podiam mesmo ser combinadas, uma vez que os cristãos transpunham para a Igreja os comportamentos e repertórios de ação que eram os seus nas outras circunstâncias da vida citadina. Um exemplo dessa situação é a tentativa de ordenação forçada como padre do riquíssimo senador Valério Piniano, o esposo de Santa Melânia, a Jovem, pelo povo de Hipona, na primavera de 411. A cidade então atravessava um momento de dificuldades econômicas criadas pela crise gótica na Itália e pelo bloqueio das exportações

26 FUNARI, Pedro Paulo A. Introdução: identidades fluídas. In: NOGUEIRA, Paulo A. S.; FUNARI, Pedro Paulo A.; COLLINS, John J. (orgs.). *Identidades fluídas no judaísmo antigo e no Cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010, p. 11-14.

27 GALVÃO-SOBRINHO, Carlos Roberto. The poor in the Roman Empire.

28 GESTA APUD ZENOPHILUM (ed. ZIWSA, Karl. S. *Optati mileuitani libri VII*, Appendix I. CSEL, 26. Viena: F. Tempsky, 1893, p. 185-197).

29 AGOSTINHO. *Epistula 22**, 7 (ed. DIVJAK, Johannes. S. *Aurelii Augustini hipponiensis episcopi epistulae ex duobus codicibus nuper in lucem prolatae*. CSEL, 88. Viena: Hoelder-Pichler-Tempsky, 1981, p. 116).

decretado desde 409 pelas tropas africanas fieis ao imperador Honório para pressionar seu concorrente em Roma. Nesse contexto, a presença de um rico doador como Piniano e que buscava a todo custo desfazer-se de suas riquezas para adotar um modo de vida monástico, não podia deixar de ser vista como uma garantia de segurança para os trabalhadores assalariados, os artesãos e os pequenos comerciantes que constituíam a maioria da população de uma cidade portuária como Hipona e que eram, sem dúvida, os grupos mais vulneráveis às consequências de uma interrupção prolongada do comércio marítimo. Ao tentar livrar seus fieis da acusação que lhes havia sido feita pelos familiares de Piniano de querer fazê-lo padre apenas para saciar o seu “torpe apetite por dinheiro”, Agostinho foi levado a apresentar os beneficiários potenciais da generosidade de Piniano como um grupo minoritário e reduzido, alegando que a caridade cristã não era destinada à plebe como um todo, mas apenas a uns poucos “pobres e mendigos”. Mas esse discurso era feito precisamente porque a plebe concebia a ideologia e a prática da caridade de uma forma muito mais ampla: os cristãos de Hipona conheciam de perto as carências de sua Igreja quando a ela recorriam em momentos de necessidade e eles sabiam muito bem quais eram as consequências indiretas do donativo. Eles esperavam, por isso, que as riquezas doadas a sua Igreja suscitasse o desenvolvimento de novas construções e de obras pias que não deixariam de criar empregos e estimular a economia. Ao buscarem agarrar sua “presa”, os *tenuiores* de Hipona adotaram, por fim, as mesmas pressões, o mesmo teatro de ameaça e sedição que era usado na vida cívica para forçar os notáveis a desempenharem sua “generosidade”, generosidade essa que sua própria retórica apresentava como a justificava do governo aristocrático das cidades.³⁰

Se os notáveis podiam, portanto, ser feitos reféns de seu próprio discurso, assim também acontecia com os bispos. A retórica do “cuidado dos pobres”, que legitimava a autoridade episcopal, podia também ela ser deliberadamente utilizada pelos fieis para reclamar a atenção de seus bispos ou chamar-lhes às suas responsabilidades. É o que vemos em um sermão pregado por Agostinho para repreender seus fieis pela participação em um episódio de violência coletiva nas ruas de Hipona, em 409 ou 412, que havia resultado no linchamento de um funcionário corrupto ligado à cobrança das taxas portuárias. Como a tentativa de ordenação de Piniano, o episódio nos revela a aguda consciência dos plebeus de Hipona quanto à precariedade de sua condição e sua revolta contra aqueles que dela se aproveitavam, ainda que nesse caso o motim reunisse uma coalização muito mais ampla que associava não apenas os trabalhadores, artesãos e lojistas ligados à produção para exportação e à distribuição dos produtos

30 AUG. *Epistulae* 125 e 126 (ed. GOLDBACHER, Al. S. *Aurelii Augustini hipponiensis episcopi epistulae*. CSEL, 44. Viena: F. Tempsky, 1904, p. 3-18).

importados pelo porto, mas também os mercadores praticando o comércio marítimo e seus auxiliares. Acusado de não ouvir o “clamor dos pobres”, que é como muitos revoltosos se apresentavam enquanto vítimas das malversações do funcionário, Agostinho precisou lembrar a seus fieis que ele também não desejava “que os pobres fossem oprimidos”, e argumentava que, ainda que seus fieis não acreditassem, ele tinha previamente alertado as autoridades superiores, mas sem êxito. Mas quando o bispo passa a repreender seus ouvintes por terem recorrido às vias de fato, nós vemos que a ação coletiva era legitimada por seus participantes de uma forma diferente: ela era apresentada como uma expressão do “poder do povo”, diante da incompetência das autoridades em punir um malfeitor, uma forma de “execução pública”, de justiça popular. A *potestas populi* manifesta, nesse episódio, não apenas uma identificação reafirmada com o corpo de cidadãos, mas também uma noção de direitos que remonta senão ao discurso cívico, pelo menos à cultura popular.³¹

“Pobreza” e “cidadania”, o “clamor do pobre” e o “poder do povo” não são, portanto, alternativas inconciliáveis. A força e a fraqueza da teoria da passagem do “modelo cívico” para o “modelo cristão” de relações sociais são as mesmas de todos os tipos ideais weberianos, que são, por natureza, simplificações deliberadas da realidade. A comparação entre os dois modelos pode ser esclarecedora, mas nós corremos sempre o risco de imaginar uma substituição em bloco de uma forma de sociedade para outra.³² A representação cristã de uma sociedade polarizada entre os pobres e os poderosos pode ter-se tornado exclusiva na Idade Média ocidental, mas isso só ocorreria quando a cidade havia cessado de desempenhar a mesma força imaginativa do passado – e esse não era o caso da África dos séculos IV e V. O que nós podemos ver na Antiguidade Tardia é apenas uma transferência das expectativas populares antes expressas na vida cívica para o âmbito da Igreja, como ocorre na tentativa de ordenação de Piniano, uma transferência que pode ser atribuída tanto à cristianização progressiva das cidades, como à gradual retirada dos investimentos dos notáveis na vida pública. É assim que, sem jamais deixar de buscar seus próprios interesses, o ativismo popular contribuiu para uma alteração fundamental das relações de força no espaço urbano e abriu o caminho para a emergência, no futuro, da cidade episcopal.

31 AUG. *Sermo* 302 (ed. LAMBOT, Cyrille. *Sancti Aurelii Augustini Sermones selecti duodeuiginti*. Bruxelas: : In aedibus spectrum, 1950, p.100-111).

32 Como nota CARRIÉ, Jean-Michel. *Nihil habens praeter quod ipso die uestiebatur*: comment définir le seuil de pauvreté à Rome? In: CHAUSSON, François; WOLFF, Etienne. (eds.). *Consuetudinis Amor*: fragments d'histoire romaine (II^e-VI^e siècles) offerts à Jean-Pierre Callu. Roma: «L'Erma» di Bretschneider, 2002, p. 71-102, esp. p. 82-84.